



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ANA RENALLE DIAS CABRAL

**SERVIÇO SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO: A INSERÇÃO PROFISSIONAL
DOS ASSISTENTES SOCIAIS EGRESSOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA**

**CAMPINA GRANDE/PB
2018**

ANA RENALLE DIAS CABRAL

**SERVIÇO SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO: A INSERÇÃO PROFISSIONAL
DOS ASSISTENTES SOCIAIS EGRESSOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em cumprimento às exigências para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Ms. Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas

**CAMPINA GRANDE/PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C112s Cabral, Ana Renalle Dias.

Serviço social e mercado de trabalho [manuscrito] : a inserção profissional dos assistentes sociais egressos da universidade estadual da paraíba / Ana Renalle Dias Cabral. - 2018.

39 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Profa. Ma. Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas, Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Mercado de trabalho. 2. Condições de trabalho. 3. Formação em serviço social. 4. Assistente social. I. Título

21. ed. CDD 371.425

ANA RENALLE DIAS CABRAL

SERVIÇO SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO: A INSERÇÃO PROFISSIONAL
DOS ASSISTENTES SOCIAIS EGRESSOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba (UEPB) em cumprimento às
exigências para obtenção do título de
Bacharela em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social

Aprovada em: 28/07/2018.

BANCA EXAMINADORA

B. Chagas

Prof^a. Ms. Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Thereza Karla de Souza Melo

Prof^a. Ms. Thereza Karla de Souza Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Mônica Barros da Nóbrega

Prof^a. Dr^a Mônica Barros da Nóbrega
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, Josilene e Cleodon; aos meus irmãos, Vanessa e Daniel; e ao meu amor, Achiles, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Josilene, e ao meu pai, Cleodon, por terem sido meus pais, meus amigos, meus incentivadores, aqueles que, tantas vezes, se colocaram em segundo lugar em favor do meu bem e dos meus irmãos; a vocês meu amor, minha gratidão e meu reconhecimento. Esta conquista é nossa!

Agradeço aos meus irmãos, Vanessa e Daniel, pela companhia de uma vida inteira, pelas brigas, pelas risadas, por crescer e amadurecer junto, e pela amizade que temos. Amo vocês!

Agradeço a Achilles, meu esposo, companheiro, melhor amigo, que dividiu diariamente comigo a ansiedade da construção deste trabalho, que contribui sempre pro meu crescimento e que acredita em mim às vezes mais que eu mesma, a você meu coração, minha admiração e minha cumplicidade. Te amo!

Agradeço demais à minha turma, 2013.1 da noite, por ser a melhor turma que uma pessoa poderia ter! Vocês foram, inúmeras vezes, a motivação pra eu ter forças pra continuar. Uma amizade pra vida!

Agradeço especialmente às minhas amigas do “Top Five”, Angélica, Camila, Gizelda e Taynnar, por terem chegado na minha vida e tornado a UEPB um lugar ainda mais especial!

Agradeço à Prof^a Bárbara, minha orientadora, por todo o apoio nesse processo. Pela paciência e suporte na correria, pelas orientações construtivas e pela força!

Agradeço às Prof^{as} Thereza e Mônica, por terem aceitado avaliar meu trabalho e contribuírem com a conclusão desta etapa tão importante, e estendo este agradecimento a todo o corpo docente de Serviço Social da UEPB, por ter contribuído para a minha formação.

Agradeço a Irene, Assistente Social da UFCG, minha supervisora do campo de estágio, por ter me ensinado como é ser uma profissional em plena atuação, comprometida com a ética e com o trabalho. Irene, você é uma referência! Agradeço por ter tido a oportunidade de te conhecer!

Agradeço a todas e todos os participantes da pesquisa deste meu TCC, por se envolverem na construção do conhecimento sobre esta nobre profissão que é o Serviço Social.

Enfim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, participaram desta jornada que agora se conclui, minha gratidão!

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção de raça/cor dos participantes.....	18
Gráfico 2 – Nível de satisfação dos participantes com relação à graduação.....	20
Gráfico 3 – Tempo de inserção dos participantes no mercado de trabalho após a conclusão da graduação.....	22
Gráfico 4 – Quantidade de vínculos empregatícios dos participantes.....	23
Gráfico 5 – Avaliação do mercado de trabalho do Serviço Social por parte dos participantes.....	25

SUMÁRIO

	RESUMO	08
1	INTRODUÇÃO	08
2	FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL: MERCADO DE TRABALHO E OS RETROCESSOS DA CONTRARREFORMA DO ESTADO	10
2.1	O processo de profissionalização do Serviço Social.....	10
2.2	Políticas sociais e a ampliação do mercado de trabalho do Serviço Social.....	13
2.3	Contrarreforma do estado, reestruturação produtiva e a precarização do trabalho do assistente social.....	16
3	A INSERÇÃO DOS EGRESSOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA NO MERCADO DE TRABALHO	18
3.1	Perfil sociocultural dos participantes.....	19
3.2	A formação acadêmica e sua influência no exercício profissional.....	20
3.3	Inserção profissional e condições de trabalho: os reflexos da precarização no Serviço Social.....	23
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	ABSTRACT	29
	REFERÊNCIAS	29
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ONLINE DISPONIBILIZADO AOS PARTICIPANTES	32
	ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA UEPB	37

SERVIÇO SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO: A INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS EGRESSOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Ana Renalle Dias Cabral*

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados da pesquisa que teve como objetivo apreender o processo de inserção no mercado de trabalho dos assistentes sociais formados pela Universidade Estadual da Paraíba, delimitando como universo aqueles que concluíram o curso de Serviço Social da UEPB entre os anos de 2007 e 2017, e tendo como amostra o total de 58 participantes. A pesquisa foi realizada através da aplicação de questionários online, cuja análise de dados seguiu a forma qualitativa, esperando-se conhecer a realidade através das respostas e do cenário profissional e formativo discutido nas produções científicas da área. Desta forma, tendo como embasamento teórico a discussão de autores relevantes da produção científica do Serviço Social, que tratam da formação profissional e do mercado de trabalho dos assistentes sociais, assim como da visível precarização das relações e condições objetivas de trabalho, foram investigadas as atuais características do mercado de trabalho do Serviço Social, buscando apreender a relação entre formação e exercício profissional no âmbito dos egressos da UEPB, de maneira que contribua com a construção do conhecimento do Serviço Social acerca do próprio mercado de trabalho, além de incentivar a discussão sobre tal temática que é de interesse da categoria. Os resultados indicam, de maneira geral, um quadro preocupante da realidade enfrentada pelos assistentes sociais no mercado de trabalho, os quais, em sua maioria, se submetem a baixos níveis salariais e precários vínculos empregatícios, apesar de serem profissionais qualificados e constante busca pelo aprimoramento. A pesquisa abre possibilidades para pesquisas aprofundadas sobre diversos aspectos, tomando como ponto de partida os elementos encontrados no cenário apresentado pelos participantes.

Palavras-chave: Serviço Social. Estudantes egressos. Mercado de trabalho. Condições de trabalho. Formação em Serviço Social.

1. INTRODUÇÃO

O processo de inserção dos estudantes no mercado de trabalho após o término da graduação, assim como as condições às quais estes se encontram submetidos no exercício profissional é um importante medidor da real situação deste

* Aluna de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. E-mail: aninhardcabral@gmail.com

mercado nas diversas áreas de atuação. Por isto, o presente artigo apresenta os resultados da pesquisa que teve como objetivo apreender o processo de inserção no mercado de trabalho dos assistentes sociais formados pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), delimitando como universo os egressos que concluíram o curso de Serviço Social entre os anos de 2007 e 2017, e tendo como amostra o total de 58 participantes.

A inserção no mercado de trabalho costuma ser objeto de preocupação por parte de estudantes que estão prestes a concluir seus cursos e se lançar na busca pelo exercício profissional.

O cenário socioeconômico e político do país, e até mesmo local, é um fator determinante para tal concretização. E, ao se tratar de uma profissão como o Serviço Social, as condições desta inserção no mercado tornam-se ainda mais delicadas, dado que o contexto em que esta inserção vem ocorrendo nas últimas décadas é marcado pelo processo da contrarreforma do Estado, que teve início nos anos 90 fruto da crise econômica eclodida na década de 1970, que trouxe consequências dramáticas para o mundo do trabalho e para a implementação das políticas sociais. E, visto que o Assistente Social é um profissional essencialmente vinculado às condições objetivas da sociedade, e sua atuação constitui-se, prioritariamente, da “execução terminal das políticas sociais”, conforme aponta Netto (1992), estas transformações também afetam sua situação profissional.

Diante da crescente tendência de precarização do trabalho, o processo de inserção no mercado torna-se cada vez mais difícil e concorrido, restando aos trabalhadores submeterem-se aos precários vínculos empregatícios e condições de trabalho, frutos desta flexibilização.

O interesse pelo tema da pesquisa apresentada neste artigo surgiu a partir da curiosidade científica despertada a partir do contato com pesquisas semelhantes, assim como pela identidade com a área de fundamentos do Serviço Social desenvolvida ao longo da graduação.

A demarcação do período a ser analisado na pesquisa foi feita levando em consideração as transformações que vem ocorrendo de forma intensa nas políticas sociais, assim como no próprio mercado de trabalho do Serviço Social, a partir do início do século 21.

Neste artigo, tendo como embasamento teórico a discussão de autores relevantes da produção científica do Serviço Social, que tratam da formação

profissional e do mercado de trabalho dos assistentes sociais, assim como da visível precarização das relações e condições objetivas de trabalho, serão apresentados os resultados da pesquisa que buscou investigar a real e atual situação do mercado de trabalho do Serviço Social, para os egressos da UEPB, considerando a sua formação profissional.

2. FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL: MERCADO DE TRABALHO E OS RETROCESSOS DA CONTRARREFORMA DO ESTADO

Estudar o mercado de trabalho de determinada profissão é uma tarefa que implica não apenas em uma pesquisa empírica que objetiva colher informações do cenário atual. Faz-se necessário buscar um conhecimento a respeito de como foi o seu processo de desenvolvimento e quais foram as determinações históricas que contribuíram para a percepção da necessidade deste profissional e, conseqüentemente, para a sua profissionalização. Desta forma, será apresentado a seguir um panorama dos fundamentos sócio-históricos do processo de formação do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, assim como dos entraves enfrentados pela categoria historicamente.

2.1. O processo de profissionalização do Serviço Social

O início do desenvolvimento do sistema capitalista, que corresponde à sua fase industrial, constitui um marco na história da sociedade. De acordo com Carvalho e Yamamoto (1991), foi nesse contexto que o processo de urbanização se desenvolveu, trazendo consigo o agravamento de problemas sociais já existentes, assim como o surgimento de novas situações de vulnerabilidade. Tornava-se necessária, então, a atuação de um agente capaz de lidar com tais conseqüências do desenvolvimento, auxiliando o Estado e a classe burguesa no abrandamento das expressões da chamada questão social[†].

[†] O conceito de “questão social” compreendido pelo Serviço Social diz respeito ao conjunto de conseqüências causadas pelo surgimento e desenvolvimento do sistema capitalista, ou seja, da relação de exploração entre o capital e o trabalho (NETTO, 1992). Neste sentido, por se tratar não de uma característica única, mas de um conjunto de fatos, a questão social costuma ser apresentada através de suas expressões, ou seja, dos sintomas pertinentes à realidade provocada por esta exploração capitalista.

Foi a partir desta necessidade que tiveram início, vinculadas à Igreja Católica, as primeiras ações assistenciais, podendo ser consideradas como “protoformas” do Serviço Social, que tinham “em vista não o *socorro* aos indigentes, mas, já dentro de uma perspectiva embrionária de *assistência preventiva*, de *apostolado social*, *atender* e *atenuar* determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista (CARVALHO e IAMAMOTO, 1991, p. 170).

No entanto, ao contrário da esperada amenização dos problemas sociais, o desenvolvimento do capitalismo no decorrer dos anos, que culminou com a passagem para a fase monopolista, acentuou ainda mais as precárias condições de vida da classe trabalhadora. Tornava-se, portanto, cada vez mais palpável a necessidade de uma resposta política por parte do Estado para os problemas sociais causados por essa expansão capitalista.

Conforme apontam Lacerda e Lara (2014, p. 43), “os antagonismos de classes alcançaram proporções significativas no começo do século XX e a ‘questão social’ passou a requerer intervenção sistemática do Estado por meio das políticas sociais”. Era necessária a atuação de um profissional cuja formação o preparasse para lidar com estas situações, e para fazer a mediação entre as demandas sociais e o Estado.

É nesse contexto que o Serviço Social começa a ser legitimado como profissão, por carregar um perfil interventivo e operacional e ser útil na execução das políticas públicas. Além disso, considerando-se o fato de que a questão social não se caracteriza apenas pelos problemas sociais em si, mas, também, pelas lutas entre as classes e as questões de dominação e consenso, era evidente a necessidade de um profissional que contribuísse para o controle ideológico e político por parte Estado e da classe dominante sobre os trabalhadores, e que realizasse uma mediação entre estes sujeitos.

Apesar do Serviço Social ter passado pelo processo de reconhecimento e profissionalização, e ser demandado para atuar no tratamento às chamadas expressões da “questão social”, “as intervenções se deram de formas pragmáticas e acríicas, abrindo mão da apreensão da realidade social em sua totalidade” (LACERDA e LARA, 2014, p. 44).

Passou, então, a ser necessária a institucionalização de escolas para a formação destes profissionais e, naturalmente, esta formação historicamente:

[...] se modifica constantemente para acompanhar o movimento do real. Neste sentido, de forma bastante sintética, é possível identificar tendências teórico-metodológicas e ideo-políticas predominantes ao longo da história da profissão (FONSECA, NÓBREGA e SILVEIRA, 2014, p. 76).

Desde seus primórdios, o Serviço Social tem amadurecido política e ideologicamente, se adaptando às transformações sociais e buscando responder às demandas da população à medida que os cenários vão se transformando. No entanto, este processo de transformações na profissão não aconteceu de maneira imediata, tampouco sem nenhuma oposição.

Especificamente na segunda metade do século XX, inseridos num contexto de intensas transformações sociais, econômicas e políticas no país, principalmente a partir da década de 60 com a instauração da ditadura militar em 1964, os assistentes sociais encontravam-se em uma situação delicada com relação à sua atuação. O que se exigia, então, de acordo com Cardoso (2013: 133, apud ASSUMPÇÃO E CARRAPEIRO, 2014, p. 107), era uma prática ou voltada para facilitar as demandas do capital, principalmente servindo como forma de “controle” dos trabalhadores e das relações do trabalho, ou voltada para a filantropia privada, como forma de tentar abrandar os rebatimentos da questão social.

No entanto, embora o contexto político e social no Brasil fosse fortemente marcado pelo conservadorismo, parte da categoria passou a questionar a postura dos assistentes sociais frente ao quadro social que se havia desenhado, o que culminou numa articulação a nível de América Latina cujo foco era reavaliar as bases da postura e atuação do Serviço Social. Este movimento ficou conhecido como Movimento de Reconceituação, e era:

[...] composto por assistentes sociais conscientizados de suas limitações teórico-instrumentais e político-ideológicas. O Movimento de Reconceituação expressou a crítica ao Serviço Social tradicional, trazendo questionamentos sobre o papel da profissão frente às expressões da questão social (ASSUMPÇÃO E CARRAPEIRO, 2014, p. 107).

No Brasil, este movimento ficou conhecido como “Renovação do Serviço Social”, conforme explica Netto (1991).

O processo de renovação do Serviço Social afetou, além do exercício profissional em si, a própria formação. Os órgãos de regulação profissional, como os conselhos regionais e o federal, assim como os órgãos de cunho acadêmico, passaram a se posicionar com relação à qualidade da formação profissional dos

assistentes sociais. Passaria a ser incentivada uma postura profissional que fosse condizente com projeto profissional crítico e com as bases teóricas marxistas adotadas pela profissão.

Como prova disso, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em sua resolução nº 273 de 13/03/1993, institui o Código de Ética Profissional do Serviço Social e, com isso:

[...] assenta as bases da direção social da profissão que elege a liberdade como valor central, o trabalho como fundante do ser social, a radicalidade democrática comprometida com a socialização dos meios de produção da riqueza material e cultural, a equidade traduzida em justiça social e o reconhecimento do pluralismo de idéias e de práticas na profissão e na sociedade (KOIKE, 2009, p. 12).

Para efetivar este perfil crítico e com uma visão da totalidade social, foram criados os documentos norteadores da profissão, como o Código de Ética Profissional (CEP) de 1993 (o último a ser produzido, vigente até os dias atuais), responsável por apresentar os princípios da profissão do assistente social, assim como seus direitos, responsabilidades, e outras características da profissão. É baseado nos parâmetros prezados pelo Código de Ética que a profissão vem, em sua grande maioria, balizando a atuação profissional nas mais diversas políticas sociais e espaços ocupacionais. Além do CEP, tem-se a Lei nº 8.662 de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social. E, também, os próprios conselhos regionais (CRESS) e o federal (CFESS) emitem frequentemente cartilhas e materiais abordando temas importantes para o enriquecimento teórico e prático da categoria profissional.

2.2. Políticas sociais e a ampliação do mercado de trabalho do Serviço Social

As políticas sociais, iniciadas na primeira metade do século XX, se consolidam na fase monopolista do capitalismo. Elas funcionam como a resposta do Estado aos grupos sociais: tanto os trabalhadores, que, mobilizados em classe, lutam e reivindicam do Estado suas demandas, como os capitalistas, detentores dos meios de produção, que precisam que sua mão-de-obra tenha um mínimo de condições físicas (para o trabalho) e econômicas (para o consumo), para que seja

possível a reprodução deste modelo de economia, e, conseqüentemente, a reprodução e aumento de seus lucros.

Assim, compreendemos que:

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 1992, p. 30).

No entanto, a ação que o Estado emprega através das políticas sociais é fragmentada. Os problemas sociais, nesse contexto, são encarados como acontecimentos isolados e passíveis de serem solucionados individualmente. Desta forma, o que resulta é a implementação de várias políticas sociais, ao invés de uma política no sentido amplo, com uma compreensão macro da sociedade.

Além disso, essas primeiras formas de políticas sociais, além de serem focalizadas ao invés de universais, eram baseadas na capacidade contributiva dos trabalhadores. Ou seja, a parcela da população que não possuía fonte de renda e, portanto, não tinha poder de contribuição, não estava habilitada para receber todos os tipos de assistência prestados pelo Estado.

De acordo com Castro e Ribeiro (2009, p. 25):

Os mecanismos corretores das desigualdades e da pobreza, por meio de políticas assistenciais e não contributivas, eram muito frágeis, na medida em que não constava das responsabilidades do Estado a garantia de direitos sociais básicos a todos os cidadãos, indiferentemente de sua participação ou não no processo de produção.

No Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988, conquistada não sem um intenso processo de lutas e mobilizações sociais, constituiu um marco no amadurecimento destas políticas sociais, visto que oficializou como obrigação do Estado suprir tanto as demandas sociais que já vinham sendo tratadas no âmbito público (mesmo que ainda não reconhecidas como direito social), normatizando dentro da seguridade social as áreas da saúde, previdência e assistência social, como também expandiu a regulamentação para áreas como a educação, por exemplo.

A conquista dessa regulamentação das políticas sociais, além de provocar avanços no enfrentamento à questão social, proporcionou um aumento nos serviços oferecidos e, conseqüentemente, um aumento também no mercado de trabalho para

profissionais ligados à área social, como é o caso dos assistentes sociais, já que as novas formas de atuação estatal através das políticas sociais necessitavam de competências profissionais específicas.

Como dito, surgem novos espaços ocupacionais e competências profissionais que convivem com os tradicionais, revelando significativas alterações no mercado de trabalho, nas demandas e nos conteúdos das ações dos assistentes sociais. O leque dos fenômenos-objeto trabalhados e pesquisados no âmbito do Serviço Social se amplia, requerendo novas problematizações e aportes de conhecimentos que se refletem nas práticas profissionais, no ensino e nos campos de estágios curriculares (MOTA, 2014, p. 695).

Mota (2014) ainda destaca que a expansão das áreas de atuação do Serviço Social atingiu tanto os setores tradicionais, como a própria saúde, assistência e previdência, passando por setores como o jurídico e suas várias ramificações, e chegando até temáticas que permeiam as discussões atuais dentro da sociedade, como a questão da proteção ambiental, os movimentos relacionados a gênero e sexualidade, e até os trabalhistas/sindicais.

Com toda essa efervescência do amadurecimento das políticas sociais proporcionada pela chamada Constituição Cidadã, esperava-se que fosse o início de uma reforma social que objetivasse a melhoria da sua população, estabelecendo direitos necessários para tal.

Por intermédio da garantia dos direitos civis, sociais e políticos, a Constituição de 1988 buscava construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação. Para tanto, a nova Carta combinaria as garantias de direitos com a ampliação do acesso da população a bens e serviços públicos (CASTRO e RIBEIRO, 2009 p. 28).

No entanto, o cenário que se desenhou no Brasil nos anos seguintes à promulgação da carta constitucional tinha mais ares de retrocesso que de avanços e melhorias. Foi a partir dos anos 90 que tornou-se forte o processo de contrarreforma do Estado.

2.3. Contrarreforma do estado, reestruturação produtiva e a precarização do trabalho do assistente social

O trabalho do assistente social vem sendo historicamente determinado pelas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, que acarretam mudanças nas demandas da população e, conseqüentemente, nas práticas profissionais exercidas nos mais diversos espaços ocupacionais.

Visto que estes profissionais têm nas políticas públicas seu principal espaço sócio-ocupacional, a afirmação destas políticas e direitos sociais feita na Constituição Federal de 1988 ocasionou a ampliação da atuação do Serviço Social no serviço público, sobretudo a partir da regulamentação da assistência social enquanto política social e seus equipamentos públicos de execução.

No entanto, o processo de contrarreforma do Estado iniciado nos anos 90, com sua proposta neoliberal e intenção de reduzir ao máximo a responsabilidade do Estado sobre as necessidades sociais, além de sugerir um retrocesso no que diz respeito aos direitos sociais conquistados ao preço de muita luta e garantidos através da recente Constituição, também gerou uma intensa perturbação no mundo do trabalho. Encontramos, aqui, a chamada reestruturação produtiva do trabalho, que atingiu as categorias profissionais de maneira geral, sejam privadas ou públicas, e o Serviço Social não ficou isento disto.

O processo de reestruturação produtiva determinado pela crise do capital nos anos 1970, ainda evidenciado no mercado de trabalho atual, trouxe uma nova formatação, denominada de toyotismo[‡], ao modelo trabalhista vivenciado até então nas experiências tayloristas[§] e fordistas^{**}. A regulamentação do trabalho, os vínculos

[‡] Ribeiro (2015) explica que o toyotismo, ou ohnismo caracteriza-se, principalmente, pela flexibilização na produção. Sua mais conhecida premissa é a famosa frase “just in time”, ou seja, “produzir no tempo certo”. Este modelo tem como características a produção adequada à demanda, ou seja, redução no estoque e otimização do tempo gasto na produção, assim como a automatização de várias etapas e a absorção de mão de obra mais qualificada e funcional.

[§] Frederick Winslow Taylor (1856-1915), em seus estudos sobre o processo de produção nas fábricas, observou que os trabalhadores detinham um grande conhecimento sobre as técnicas e sobre o manejo da produção em si. Ele entendeu que esta característica poderia ser nociva ao controle da gerência sobre os empregados. Desta forma, desenvolveu um formato de produção onde fosse aproveitada ao máximo e da maneira mais otimizada possível a capacidade de produção dos trabalhadores, mas de maneira que o conhecimento e acerca da produção e das relações de trabalho dentro das fábricas ficassem sob controle apenas da gerência.

^{**} Henry Ford (1862-1947) foi o responsável pela implantação do modelo de produção conhecido como fordismo, que “representou a continuidade e intensificação do processo de controle da força de trabalho viva que já havia iniciado com o taylorismo” (RIBEIRO, 2015). A principal contribuição do fordismo para o processo de produção nas fábricas foi a implantação da esteira rolante, que possibilitou o aumento significativo na velocidade e quantidade da produção.

através de contratos, assim como os direitos até então conquistados, passaram a ceder lugar a práticas de flexibilização, característica desse novo modelo também chamado de acumulação flexível. Conforme explica Raichelis (2010, p. 758), os cenários encontrados nos espaços ocupacionais:

São contextos que geram processos continuados de informalização e flexibilização expressos por trabalhos terceirizados, subcontratados, temporários, domésticos, em tempo parcial ou por projeto, para citar apenas algumas das diferentes formas de fragilização a que está submetida a classe trabalhadora. São transformações que atingem duramente o trabalho assalariado, sua realização concreta, sua materialidade e as formas de subjetivação na consciência dos trabalhadores, levando a redefinições dos sistemas de proteção social e das formas de organização e gestão dos processos de trabalho.

A insegurança gerada pelo processo de flexibilização do trabalho também atingiu os assistentes sociais. Apesar de não estarem diretamente ligados à produção em si, estes profissionais, em sua maioria vinculados ao serviço público, passaram a travar uma luta intensa contra a precarização do trabalho, sendo afetados com:

[...] precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2010, pgs. 758 e 759).

O processo de precarização do trabalho não é algo que afetou apenas o setor privado/produtivo. O serviço público brasileiro foi e ainda é alvo de reformas cujos objetivos estão voltados para atender às necessidades do capital, além de incentivar a progressiva diminuição do papel do Estado nas relações e necessidades sociais, promovendo cada vez mais a oferta de serviços privados.

Dado que o Serviço Social é, majoritariamente, vinculado ao poder público, os assistentes sociais:

[...] estão submetidos ao processo decorrente de enxugamento da máquina estatal, ao mesmo tempo que têm a necessidade de lutar contra as propostas de negação de direitos imposta pelo ideário neoliberal no funcionamento do Estado (PRÉDES, 2010, p. 14).

É neste contexto contraditório em que estão inseridos os assistentes sociais, ora na condição de empregados, em que se submetem às exigências de um mercado flexibilizado, às precárias condições de trabalho que são postas e à obrigatoriedade de atender às exigências de seu empregador, ora na condição de profissional que foi forjado historicamente no contexto da luta de classes, e cuja visão hegemônica, atualmente, volta-se para compreender a totalidade social.

Tal contexto, entretanto, não se restringe aos grandes centros urbanos como pode ser erroneamente compreendido. Diversas pesquisas já foram realizadas sobre como se encontram os assistentes sociais atualmente no Brasil, confirmando o dado de que a precarização está presente onde quer que haja capitalismo. Diante disso, como forma de demonstrar empiricamente esta situação generalizada, serão apresentados a seguir os resultados da pesquisa realizada tendo como contexto o estado da Paraíba no nordeste brasileiro, na qual foram averiguadas as características dos profissionais egressos da Universidade Estadual da Paraíba.

3. A INSERÇÃO DOS EGRESSOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA NO MERCADO DE TRABALHO

A pesquisa intitulada de “Serviço Social e mercado de trabalho: a inserção profissional dos assistentes sociais egressos da Universidade Estadual da Paraíba”, foi iniciada no mês de fevereiro de 2018 tendo como objetivo apreender o processo de inserção no mercado de trabalho dos assistentes sociais formados pela Universidade Estadual da Paraíba, delimitando como universo os estudantes que concluíram o curso de Serviço Social da UEPB entre os anos de 2007 e 2017.

Para que se obtivesse os dados necessários para realizar tal análise, foi escolhida como metodologia a aplicação de questionário online (apêndice A), disponibilizado ao público através da divulgação do link nas redes sociais próprias do curso de Serviço Social da UEPB, assim como da universidade em geral. O questionário, aprovado pelo Comitê de Ética da UEPB (anexo A), esteve aberto para respostas do dia 15 ao dia 31 de maio de 2018, finalizando com uma amostra de 58 participantes no total. A pesquisa apresenta uma proposta descritiva e analítica, por se tratar de questionário, e a análise dos dados obtidos através das respostas dos participantes deu-se de forma qualitativa, buscando compreender as particularidades

da situação destes profissionais através do cruzamento das informações apresentadas.

Seguem, então, os principais pontos observados na pesquisa, partindo de um perfil sociocultural dos participantes, passando pela experiência da formação acadêmica e sua influência no exercício profissional, e chegando nas reais condições de trabalho às quais estes profissionais estão submetidos e como este mercado se apresenta hoje.

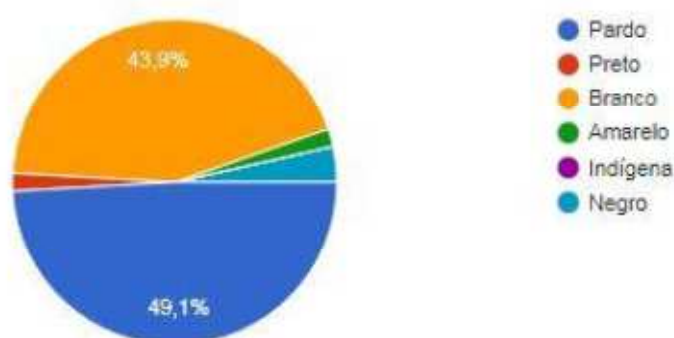
3.1. Perfil sociocultural dos participantes

Como indicadores de identidade foram escolhidos os seguintes: idade, gênero, raça/cor, religiosidade, estado civil e quantidade de filhos.

Diante das respostas obtidas, constatou-se uma certa continuidade de características profissionais encontradas historicamente, ou seja, a grande maioria dos (as) profissionais é composta por mulheres (93%) em sua maioria jovens, estando, principalmente, na faixa etária de 31 a 35 anos (42,1%), e entre 26 e 30 anos (35,1%). Com relação ao estado civil, a pesquisa mostrou que 59,6% dos participantes são solteiros, seguidos dos 36,8% casados, e dos 3,5% que são divorciados. Além de solteira, a maioria dos profissionais não possui filhos (70,2%).

Sobre o reconhecimento étnico-racial, quase metade dos participantes (49,1%) se declararam pardos, seguidos pelos 43,9% que se declararam brancos, e pelos demais que informaram outras variáveis de reconhecimento.

Gráfico 1 – Proporção de raça/cor dos participantes



Com relação à religiosidade, sabe-se que, historicamente, conforme aponta Yazbek (2009, p. 3), o exercício profissional do Serviço Social no Brasil era

orientado, em seus primórdios, pelo ideário católico. Segundo a autora, “os referenciais orientadores do pensamento e da ação do emergente Serviço Social tem sua fonte na Doutrina Social da Igreja” (idem), e essa característica religiosa, ainda que tenha sido teoricamente eliminada da profissão em si, ainda permanece presente na grande maioria dos profissionais. Os resultados desta pesquisa confirmam tal tendência ao apresentar a predominância do Catolicismo entre os assistentes sociais pesquisados, contando com 48,1% dos participantes como adeptos, seguidos dos cerca de 15% de protestantes e de 11,1% de pessoas que se declararam cristãs sem uma denominação específica.

Apesar de haver uma gradativa mudança em alguns aspectos do perfil individual dos assistentes sociais com relação ao observado historicamente, algumas características já bastante estereotipadas ainda permanecem, reforçando a ideia presente desde os primórdios da profissão, a que apresenta o Serviço Social como um trabalho típico das jovens mulheres cristãs.

3.2. A formação acadêmica e sua influência no exercício profissional

Com relação à experiência da formação acadêmica, foram elencados fatores como os anos de início e término da graduação, a participação dos egressos em projetos de pesquisa/extensão e/ou em monitoria, o local de residência durante e depois do curso, contribuição do estágio curricular obrigatório, formação continuada e cursos de atualização/aprimoramento profissional, além da própria impressão dos participantes sobre a qualidade da formação em Serviço Social na UEPB e se esta possibilitou que se sentissem preparados frente à futura inserção no mercado de trabalho.

O primeiro ponto a ser destacado é a duração do curso dos participantes. Levando em consideração que a duração mínima da graduação de Serviço Social na UEPB é de 4 anos para o turno diurno, e 5 anos para o noturno, pode-se considerar que os participantes mantiveram uma boa média, visto que 51,7% dos participantes concluíram seus cursos em 5 anos, seguidos dos 13,8% que concluíram em 4 anos. No entanto, ainda foi possível encontrar aqueles que concluíram em 6 (24,1%) e 7 anos (8,6%).

Outro ponto importante a ser destacado é que 77,8% dos participantes residiam em Campina Grande durante o período da graduação, o que constitui-se como um fator favorável para o estudante durante o curso.

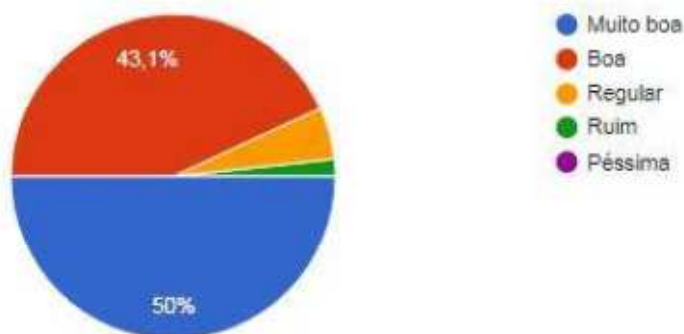
Com relação à participação nos projetos e/ou monitoria, os resultados mostraram-se equilibrados entre os que participaram ou não. No entanto, foi possível concluir, analisando os perfis individuais de cada participante, que esta característica não teve relação direta com a posterior situação profissional destes assistentes sociais. As condições de vínculos empregatícios, remuneração e todas as demais características do trabalho independiam das experiências vividas neste sentido no período da graduação.

Sobre a formação continuada dos participantes, foi possível constatar que é grande o número de pessoas que cursaram ou estão cursando algum programa de pós-graduação, tanto em nível de especialização (19% que fizeram e também que estão fazendo) como de mestrado (8,6% que estão fazendo e 5,2% que fizeram). Além disso, 22,4% dos pesquisados ainda não se inseriram neste campo, mas informam que pretendem fazê-lo.

Apesar da visível qualificação dos profissionais, e mesmo do interesse por iniciar um curso de pós-graduação, estas características não interferem diretamente em sua remuneração. Foi possível observar na pesquisa que tanto aqueles que já haviam concluído um curso de mestrado, por exemplo, como os que não tinham iniciado nenhum programa de pós-graduação chegam a receber a mesma remuneração. Especula-se que isto se deva à ausência de planos de cargos e carreiras nas instituições empregadoras dos assistentes sociais, ou, mesmo, que o mercado de trabalho do Serviço Social não prioriza, em sua maioria, profissionais com pós-graduação.

Um dado curioso obtido através das respostas dos participantes tem relação com o grau de satisfação dos egressos com o curso de Serviço Social da UEPB. Metade dos participantes, exatos 50%, consideram sua formação acadêmica muito boa. Outros 43,1% a classificaram como boa, restando apenas 5,2% e 1,7% que julgaram como regular e ruim, respectivamente.

Gráfico 2 – Nível de satisfação dos participantes com relação à graduação



No entanto, ao serem perguntados sobre como se sentiam com relação à preparação para o exercício profissional, as respostas giraram em torno do “parcialmente preparado” (57,9%). Ainda encontramos 10,5% de participantes que se julgavam preparados para o mercado de trabalho e, ainda, 8,8% que se sentiam despreparados. Questiona-se, diante disso, o que causaria o sentimento de insegurança diante do exercício profissional, visto que, supostamente, o processo da formação teria atendido às necessidades de preparação do profissional para o mercado.

Alguns dados colhidos nesta pesquisa referentes ao universo da formação acadêmica são importantes para compreender mais sobre a experiência destes profissionais durante a graduação. Leva-se em consideração, neste caso, que o período vivenciado pelos profissionais na universidade pode ter algum reflexo no seu exercício profissional, independente do mercado.

Dentro desta perspectiva pode-se citar a importância da contribuição do estágio curricular obrigatório para os assistentes sociais, visto que 83,7% dos participantes informaram que consideraram proveitosa a experiência no campo de estágio e que esta teve relevância em seu exercício profissional.

Além disso, com relação às capacitações após o término do curso, os assistentes sociais participantes da pesquisa mostraram-se bem divididos, sendo que 51,7% deles informaram que participaram de algum curso de atualização/aprimoramento após a conclusão da graduação, e 48,3% informaram que não. É interessante observar, diante destes dados, que os profissionais têm à disposição possibilidades de se atualizar e capacitar, o que contribui para a qualidade do corpo profissional do Serviço Social e, conseqüentemente, para a qualidade dos serviços prestados. Mas, é importante observar que, por terem estes

cursos, normalmente, algum custo para participação, é compreensível que boa parte dos profissionais encontre-se limitada diante das delicadas condições financeiras em que se encontram. Esta informação poderá ser compreendida a seguir, com a exposição dos dados a respeito da experiência profissional dos participantes.

3.3. Inserção profissional e condições de trabalho: os reflexos da precarização no Serviço Social

Os dados obtidos na etapa sobre a experiência profissional dos participantes acabaram revelando o retrato local das consequências da contrarreforma do Estado e suas implicações no mundo do trabalho, evidenciando o quadro de precarização ao qual estão submetidos os profissionais. Cavalcante e Prêdes (2010, p. 3) explicam que:

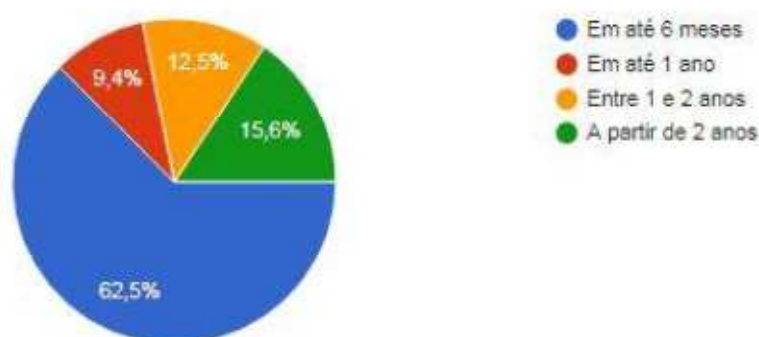
[...] há várias possibilidades para descrever os conceitos referentes à precarização das relações de trabalho, tais como: não estabilidade dos vínculo empregatícios, níveis salariais baixos, carga horária excessiva, infraestrutura não disponível para a realização do trabalho, redução dos direitos trabalhistas, aposentadoria, enfim requisitos necessários para a realização de um trabalho digno para o trabalhador. Estas são características que tanto podem ser aplicadas no setor privado como no setor público.

Os assistentes sociais participantes desta pesquisa mostraram, através de suas respostas, que esta realidade acima descrita encontra-se em pleno acontecimento. Os fatos observados neste cenário são aspectos preocupantes e desafiadores, expressões da expansão capitalista e sua consequente exploração sobre o trabalhador em função do próprio crescimento.

Foram delimitados no questionário, como indicadores do perfil profissional, elementos como a situação de desemprego, dependência e independência financeira, os tipos e quantidades de vínculos empregatícios, locais de trabalho e as esferas nas quais estão inseridos, tempo de inserção no mercado após a graduação, participação e aprovação em concursos públicos, qual área ou política em que estão atuando no momento, questões de remuneração e renda familiar, o nível de satisfação com o mercado de trabalho do Serviço Social e, caso houvesse, o motivo por ter escolhido não atuar na área.

É interessante iniciar a discussão desta etapa com os dados sobre o tempo de inserção no mercado de trabalho após o término da graduação. Observando-se as respostas dos participantes é compreensível imaginar que haja uma tendência que contraria, de certa forma, o cenário de precarização e agravamento da situação do trabalho no Brasil. Segundo a pesquisa, 62,5% dos recém-formados da UEPB conseguiram se inserir no mercado de trabalho em até 6 meses após o término da graduação.

Gráfico 3 – Tempo de inserção dos participantes no mercado de trabalho após a conclusão da graduação

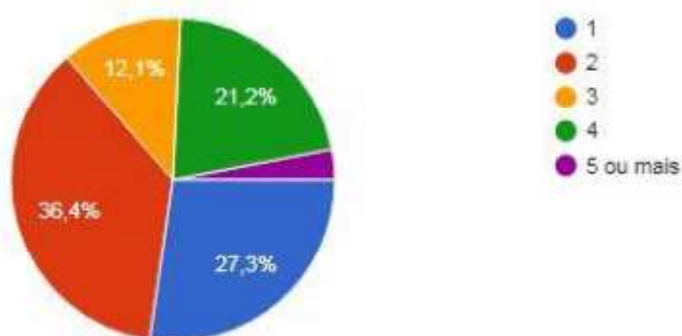


No entanto, este dado representa apenas a inserção dos egressos no mercado de trabalho à época da conclusão do curso, e não uma regra geral. Contrastando com esta informação, podemos observar, no item sobre a situação de trabalho atual, o número dos que estão atualmente desempregados entre os pesquisados, que corresponde a 40% destes. Esta informação preocupante reflete, na verdade, o quadro de desemprego a nível de país, pois, de acordo com os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE) no primeiro trimestre do ano de 2018, o desemprego no Brasil alcançou 13,1% da população, o que corresponde a cerca de 13,7 milhões de brasileiros.

Diante deste desemprego crescente, ou seja, do crescimento do chamado exército industrial de reserva, das cada vez mais precárias condições de trabalho, e das sempre mais exigentes qualificações para ocupar uma vaga no mercado, muitos profissionais acabam se submetendo a situações que, muitas vezes, não respeitam sua condição de profissional formado e capacitado para desempenhar determinados papéis na sociedade.

Um fato que, possivelmente, confirma esta característica da fragilidade do trabalho, é a quantidade de vínculos empregatícios que os profissionais já tiveram após a conclusão da graduação. Embora 27,3% dos participantes tenham informado que possuíram/possuem apenas um vínculo, a maior parte (36,4%) já foi empregada duas vezes, seguida pelos 21,2% com quatro vínculos, 12,1% com três vínculos, e os 3% que já foram empregados cinco ou mais vezes.

Gráfico 4 – Quantidade de vínculos empregatícios dos participantes



Com relação aos tipos de vínculos empregatícios, constatou-se que a maior incidência entre os participantes é o vínculo estatutário (42,4%), especialmente da rede municipal, que conta com 68,7% destes assistentes sociais concursados. Tal dado reafirma a tendência da municipalização dos serviços públicos, observada por Prêdes (2015) em seu estudo sobre as tendências do mercado de trabalho no estado de Alagoas, ainda nos anos de 1998 a 2010. Em 2018, esta ainda é uma característica predominante. No entanto, ainda que a maioria dos profissionais seja formada por servidores efetivos, ainda é alta a quantidade de pessoas submetidas ao sistema de prestação de serviços (39,4%), modelo de contrato que isenta os trabalhadores de diversos direitos trabalhistas presentes na CLT.

O crescimento desses vínculos precários tem ocorrido em função da inserção de profissionais em projetos e programas [...] que se constituem em possibilidades de expansão precarizada do mercado de trabalho profissional (CARVALHO et al., 2015).

Sobre a área de maior atuação entre os assistentes sociais, constata-se a predominância da política de Assistência Social, contando com 41,9% dos participantes. Em segundo lugar, encontra-se a política de Saúde, com 22,6% dos

participantes, seguida da política de Educação, com 12,9%. Os demais assistentes sociais participantes encontram-se distribuídos em números menores entre as áreas de Habitação, Criança e Adolescente, Meio Ambiente, assim como em ONG's/OSCIP's, empresas privadas e na própria docência.

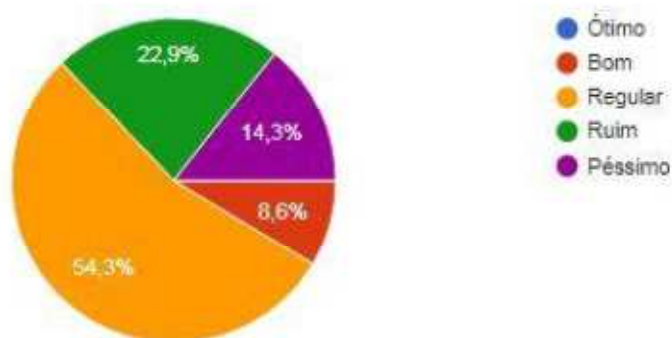
A questão da remuneração dos assistentes sociais foi outro fator preocupante percebido na pesquisa. De acordo com os dados obtidos, a maior parte das remunerações mais baixas encontra-se na política de Assistência Social. Dentre os participantes que atuam como assistentes sociais, 22,5% recebem remuneração que varia entre R\$1.000,00 e R\$1.500,00 atuando nesta política. Além disso, 6,4% dos profissionais atuantes na Assistência e também na Educação recebem remunerações até R\$1.000,00. Um fato curioso, e ao mesmo tempo preocupante, é que não há diferença entre os valores pagos aos servidores públicos estatutários ou os que são vinculados a partir de algum contrato. Desta forma, confirmamos a tendência de precarização do trabalho que atinge, também, o serviço público brasileiro, conforme apresenta Prédés (2010).

Ainda a respeito da renda, abordando especificamente a situação de renda familiar, os dados mostram uma grande diversidade de condições. Há um contraste entre 22% das famílias cuja renda mensal está entre R\$1.500,00 a R\$2.000,00 e 22% das que cuja renda está acima dos R\$5.000,00. Foram verificadas, ainda, famílias cuja renda informada é de até R\$1.000,00.

Um dado preocupante e que, provavelmente, é explicado pelo alto índice de desemprego observado na pesquisa^{††}, diz respeito aos 40% de participantes que informaram que a renda familiar não sofreu alteração após a conclusão do curso.

Por fim, foi questionado como os participantes avaliam o mercado de trabalho do Serviço Social, levando em consideração a própria inserção destes profissionais (aqueles que optaram por seguir a carreira de Assistente Social), assim como questões de remuneração, condições de trabalho e demais aspectos relacionados. A maior partes deles (54,3%) afirmou considerar o mercado regular, seguidos dos 22,9% que julgaram ser ruim, e dos 14,3% que consideram o mercado péssimo. Apenas 8,6% dos participantes informou achar bom o mercado de trabalho na área.

^{††} Conforme consta na página 24 deste artigo, 40% dos participantes da pesquisa informaram estar desempregados.

Gráfico 5 – Avaliação do mercado de trabalho do Serviço Social por parte dos participantes

Uma das alternativas para compreender esta avaliação sobre o mercado por parte dos profissionais pode ser o fato informado por cerca de 47% dos pesquisados que optaram por não seguir carreira no Serviço Social, e que informaram considerar o campo de trabalho restrito, tendo maiores possibilidades de trabalho em outras áreas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações sociais acarretadas pela implantação do sistema capitalista causaram repercussões em todas as esferas, especialmente no que diz respeito ao trabalho.

O processo de flexibilização impulsionado pela contrarreforma do Estado, gera a precarização das relações e das condições de trabalho e é o sintoma mais evidente do avanço do capitalismo atual, afetando os trabalhadores de modo geral em diversos aspectos.

O Serviço Social, profissão que nasceu da necessidade de lidar com os dilemas causados pelo capitalismo, respondendo às classes sociais de acordo com as demandas emanadas por elas, assim como respondendo aos seus empregadores, seja o Estado ou a iniciativa privada, também está inserido neste quadro crítico causado pela flexibilização do trabalho.

Diante disso, conhecer o cenário profissional e o mercado de trabalho atual da área torna-se importante para compreender não apenas a questão do trabalho em si, mas como o desenvolvimento do sistema capitalista tem afetado a sociedade como um todo.

Este artigo traz à discussão o panorama profissional e o perfil dos assistentes sociais paraibanos, especificamente os que concluíram a graduação na UEPB entre 2007 e 2017, e aborda, além de questões do próprio mercado de trabalho, características do perfil profissional importantes para compreender determinadas mudanças que vêm ocorrendo historicamente na profissão. A pesquisa, no entanto, também revelou traços que se mantiveram desde as chamadas protoformas do Serviço Social (CARVALHO e IAMAMOTO, 1991) até os dias atuais.

As características de identidade revelaram esta tendência à continuidade no perfil histórico dos profissionais, ou seja, sendo a profissão majoritariamente composta por mulheres jovens e católicas. No entanto, a despeito do observado historicamente e em pesquisas semelhantes, como, por exemplo, a realizada por Amaral, Prêdes e Tenório (2007) sobre “O perfil do assistente social no Brasil”, a maioria dos profissionais hoje encontra-se solteira e sem filhos, e se autodeclara parda.

Os dados sobre a experiência da formação acadêmica mostraram que, no geral, os profissionais tiveram um bom aproveitamento do curso. A maioria deles concluiu a graduação no tempo médio esperado, participou de projetos de pesquisa e/ou monitoria e considerou relevante o conhecimento adquirido na universidade. Boa parte dos profissionais cursou ou está cursando programas de pós-graduação, e outros ainda pretendem ingressar, e muitos já participaram de cursos de atualização/aprimoramento. Este dado mostra-se importante para determinar o elevado nível do corpo profissional do Serviço Social, mas denuncia, ao mesmo, quando comparado aos vínculos empregatícios dos assistentes sociais, a fragilidade do mercado de trabalho da área pela não valorização desta qualidade.

Sobre o processo de inserção no mercado de trabalho e as condições às quais estes profissionais estão submetidos, as respostas revelaram a realidade da precarização do trabalho vivenciada pela maioria dos assistentes sociais, que sofrem com a falta de valorização profissional e de reconhecimento de suas qualificações, baixas remunerações que os afetam tanto individualmente quanto suas famílias, e até mesmo o desestímulo para que estes egressos seguissem a carreira profissional no Serviço Social.

A presente pesquisa não encerra-se em si mesma. Ao contrário, abre possibilidades para estudos mais aprofundados, abrangendo um público maior e até

mesmo questões relevantes que ficaram ausentes deste processo. Ainda assim, acredita-se que foi possível proporcionar à comunidade acadêmica e profissional do Serviço Social uma compreensão básica sobre o panorama do atual mercado de trabalho da área.

ABSTRACT

This article presents the results of the research that had the objective of apprehending the process of insertion in the labor market of the social workers trained by the State University of Paraíba, delimiting as the universe those who concluded the course of Social Work of the UEPB between the years of 2007 and 2017, and having as a sample the total of 58 participants. The research was carried out through the application of online questionnaires, whose data analysis followed the qualitative form, being expected to know the reality through the answers and the professional and formative scenario discussed in the scientific productions of the area. Based on the theoretical background of the discussion of relevant authors of the scientific production of Social Work, which deal with the professional training and labor market of social workers, as well as the visible precariousness of the relations and objective conditions of work, the current characteristics of the labor market of the Social Work, seeking to understand the relationship between training and professional practice in the scope of the graduates of UEPB, in a way that contributes to the construction of Social Service knowledge about the labor market itself, as well as to encourage discussion about such subject matter that is of interest to the category. The results indicate, in a general way, a disturbing picture of the reality faced by social workers in the labor market, who, for the most part, are submitted to low levels of wages and precarious employment links, despite being qualified professionals and a constant search for improvement. The research opens up possibilities for in-depth research on several aspects, taking as a starting point the elements found in the scenario presented by the participants.

Keywords: Social Work. Students graduating. Job market. Work conditions. Training in Social Work.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Maria Virgínia Borges; PRÉDES, Rosa; TENÓRIO, Martha Daniela. **O perfil profissional do assistente social no Brasil**. Grupo de Trabalho GT15: Ocupações e Profissões. Universidade Federal de Alagoas, 2007.

ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino. CARRAPEIRO, Juliana de Magalhães. Ditadura e serviço social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 32, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/viewFile/25695/18329>>. Acesso em: 3. jul. 2018.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018.**

Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_201201_201801_trimestre_novos_indicadores.pdf>. Acesso em: 20. ago. 2018.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil.** Campinas: Papel Social, 2013.

CARVALHO, N. I. N. de; LIMA, P. R. de M.; PEREIRA, J. D.; SANTOS, J. W. B. dos; SANTOS, M. A. N. dos; SOUSA, M. A. S. L. de. **TRABALHO, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: as condições de assalariamento do assistente social nas políticas de Saúde e Assistência Social na Paraíba. Relatório final do projeto de pesquisa integrado proposto para o Edital 01/2012 - PRPGP/UEPB.** Universidade Estadual da Paraíba, 2015.

CARVALHO, de Raul. IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações e serviço social no Brasil.** 8. ed- São Paulo: Cortez, 1991

CASTRO, Jorge Abrahão de. RIBEIRO, José Aparecido Carlos. **Políticas Sociais - acompanhamento e análise.** Vinte anos da Constituição Federal - Introdução. v. 17. 2. ed. 2009. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4135/1/bps_17_introducao.pdf>. Acesso em: 20. ago. 2018.

CAVALCANTE, Girlene Maria Máti. PRÉDES, Rosa. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2010. Disponível em:

<<https://libertas.uffj.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1860/1309>>. Acesso em: 20. ago. 2018

FONSECA, Cleomar Campos da; NÓBREGA, Mônica Barros da; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio. A formação acadêmica em Serviço Social no município de Campina Grande: gênese e desenvolvimento sócio-histórico. In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; PATRIOTA, Lúcia Maria; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio (Orgs.). **O Curso de Serviço Social da UEPB.** Elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

KOIKE, Marieta. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** CEAD/UnB. Brasília. 2009. Disponível em:

<<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/koike-marieta-201608060345477665680.pdf>>. Acesso em: 9. jul. 2018.

LACERDA, Lélica E. P. de; LARA, Ricardo. Serviço Social, realidade sócio-histórica e exercício profissional. In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; PATRIOTA, Lúcia Maria; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio (Orgs.). **O Curso de Serviço Social da UEPB.** Elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.005>>. Acesso em: 20. ago. 2018.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PRÉDES, Rosa. Tendência do mercado de trabalho do serviço social: descobertas e inquietações a partir da pesquisa sobre a realidade de alagoas (1998 a 2010). In: LINS, Maria Alcina Tertó. PRÉDES, Rosa (Orgs.) **Assistente Social: trabalhador/a assalariado/a**. Fundamentos teóricos e históricos para uma análise crítica. Maceió: EDUFAL, 2015.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://cressrn.org.br/files/arquivos/26l4d43GzWLv524l9qSH.pdf>>. Acesso em: 20. ago. 2018

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 65-79, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26678>>. Acesso em: 18. ago. 2018.

YAZBEK, Maria Camelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília. 2009. Disponível em: <<http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>>. Acesso em: 6. ago. 2018.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ONLINE DISPONIBILIZADO AOS PARTICIPANTES

SECÃO 1: IDENTIFICAÇÃO

1. Idade
 - 20 a 25 anos
 - 26 a 30 anos
 - 31 a 35 anos
 - 36 a 40 anos
 - 41 a 45 anos
 - 46 a 50 anos
 - 51 a 55 anos
 - Acima de 55 anos

2. Gênero
 - Feminino
 - Masculino

3. Raça/cor
 - Pardo
 - Preto
 - Branco
 - Amarelo
 - Indígena

4. Religiosidade
 - Cristianismo (sem denominação)
 - Catolicismo
 - Protestantismo
 - Espiritismo
 - Religião de matriz africana
 - Sem religião
 - Outros

5. Estado civil
 - Solteiro
 - Casado/União estável
 - Divorciado
 - Viúvo

6. Quantidade de filhos
 - 0
 - 1
 - 2
 - 3
 - 4
 - 5 ou mais

SECÃO 2: FORMAÇÃO ACADÊMICA

7. Ano de ingresso
8. Ano de conclusão
9. Participou de projetos de pesquisa/extensão e/ou monitoria?
 Sim
 Não
10. Cidade de residência durante o curso
11. Cidade de residência atual
12. Caso esteja trabalhando, considera que o estágio obrigatório contribuiu para seu exercício profissional?
 Sim
 Não
13. Sobre formação continuada, responda:
 Fiz pós-graduação em nível de especialização
 Estou fazendo pós-graduação em nível de especialização
 Fiz pós-graduação em nível de mestrado
 Estou fazendo pós-graduação em nível de mestrado
 Fiz pós-graduação em nível de doutorado
 Estou fazendo pós-graduação em nível de doutorado
 Não fiz pós-graduação, mas pretendo fazer
 Não fiz pós-graduação e não pretendo fazer
14. Como avalia a formação acadêmica que obteve na UEPB?
 Muito boa
 Boa
 Regular
 Ruim
 Péssima
15. Após o término do curso de graduação em Serviço Social, como se sente/sentiu com relação à preparação para o exercício profissional?
 Preparado
 Parcialmente preparado
 Despreparado
16. Você participou de algum curso de atualização/aprimoramento após a graduação?
 Sim
 Não

SECÃO 3: EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

OBS.: Aos egressos que não estiverem inseridos no mercado de trabalho, é necessário responder, nesta etapa, apenas à primeira e à última questão.

17. Assinale a opção abaixo que melhor descreve sua situação:

- Não estou trabalhando
- Trabalho e recebo ajuda da família
- Trabalho e me sustento
- Trabalho e contribuo com o sustento da família
- Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família

18. Se trabalha, qual sua condição de vínculo empregatício?

- Estatutário
- Prestação de serviços
- Contrato por CLT
- Outro

19. Seu emprego dá-se na esfera:

- Municipal
- Estadual
- Federal
- Privada
- Privada sem fins lucrativos

20. Empresa/Órgão

21. Local de trabalho

22. Quantos vínculos empregatícios você já teve na área de Serviço Social após concluir a graduação?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5 ou mais

23. Em quanto tempo, após o término da graduação, você se inseriu no mercado de trabalho (considerando o primeiro vínculo empregatício)?

- Em até 6 meses
- Em até 1 ano
- Entre 1 e 2 anos
- A partir de 2 anos

24. De quantos concursos públicos você já participou?

- Nenhum
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5 ou mais

25. Caso já tenha participado, obteve aprovação em quantos?

- Nenhum
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5 ou mais

26. Qual a área/política em que atua em seu emprego atual?

- Assistência Social
- Saúde
- Saúde Mental
- Previdência Social
- Empresa Privada
- ONG/OSCIP
- Docência
- Idoso
- Criança e Adolescente
- PNE's
- Trabalho (Sindical)
- Habitação
- Penitenciária/Presídio
- Judiciário
- Educação
- Meio Ambiente

27. Qual sua remuneração mensal?

- Até R\$1.000,00
- R\$1.000,0 a R\$1.500,00
- R\$1.500,00 a R\$2.000,00
- R\$2.000,00 a R\$2.500,00
- R\$2.500,00 a R\$3.000,00
- R\$3.000,00 a R\$3.500,00
- R\$3.500,00 a R\$4.000,00
- R\$4.000,00 a R\$4.500,00
- R\$4.500,00 a R\$5.000,00
- Acima de R\$5.000,00

28. Qual a renda mensal da sua família?

- Até R\$1.000,00
- R\$1.000,0 a R\$1.500,00
- R\$1.500,00 a R\$2.000,00
- R\$2.000,00 a R\$2.500,00
- R\$2.500,00 a R\$3.000,00
- R\$3.000,00 a R\$3.500,00
- R\$3.500,00 a R\$4.000,00
- R\$4.000,00 a R\$4.500,00
- R\$4.500,00 a R\$5.000,00
- Acima de R\$5.000,00

29. Houve alteração na renda familiar após a conclusão do curso?
- Sim, aumentou.
 - Sim, diminuiu.
 - Não, permaneceu a mesma.
30. Considerando sua própria inserção, e levando em consideração questões como remuneração, condições de trabalho e demais aspectos relacionados, como avalia o mercado de trabalho do Serviço Social?
- Ótimo
 - Bom
 - Regular
 - Ruim
 - Péssimo
31. Caso não trabalhe como Assistente Social, qual o motivo que o levou a isto?
- Campo de trabalho restrito
 - Preferência por empreender ou trabalhar em algo da família
 - Considera a remuneração insatisfatória
 - Tem formação em outra área de maior interesse
 - Encontrou mais possibilidades de trabalho em outra área
 - Outros

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Profissionais de ensino superior egressos do curso de Serviço Social da UEPB

Pesquisador: BARBARA DA ROCHA FIGUEIREDO CHAGAS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 87898218.7.0000.5187

Instituição Proponente: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.636.555

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa tem como objetivo verificar a atual situação profissional dos estudantes egressos do curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como forma de conhecer as condições de trabalho às quais estão submetidos estes profissionais, assim como o quadro atual do mercado de trabalho para a profissão. Para isso, realizaremos uma análise qualitativa dos dados obtidos através da aplicação de questionários aos egressos, esperando confrontar a realidade encontrada nas respostas com o cenário profissional e formativo discutido nas produções científicas da área.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Verificar a atual situação profissional dos estudantes egressos do curso de Bacharelado em Serviço Social da UEPB, concluintes dos anos 2007 a 2017.

Objetivo Secundário:

Conhecer as condições de trabalho às quais estão submetidos os assistentes sociais formados pela UEPB;
Realizar uma análise a respeito da aplicabilidade do conhecimento adquirido durante a formação no cotidiano profissional dos assistentes sociais;

Verificar o perfil do campo de trabalho oferecido aos novos profissionais, com relação às

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário

Bairro: Bodocongó

CEP: 58.109-753

UF: PB

Município: CAMPINA GRANDE

Telefone: (83)3315-3373

Fax: (83)3315-3373

E-mail: cep@uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E



Continuação do Parecer: 2.636.555

demandas, média salarial e áreas de atuação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Segundo a Resolução Nº 466-12 do Conselho Nacional de Saúde (item V), as pesquisas com seres humanos implicam riscos. No entanto, por se tratar, a presente pesquisa, de aplicações de questionários virtualmente, não acarretará riscos para os participantes.

Benefícios:

Esta pesquisa proporcionará ao corpo acadêmico e profissional do Serviço Social um enriquecimento do conhecimento a respeito de um tema que gera grande ansiedade: o mercado de trabalho. Por ser este assunto, também, objeto de frequentes questionamentos durante a própria formação, será de grande importância apresentar aos discentes um panorama da situação profissional que os espera ao concluírem suas graduações. Desta forma, a presente pesquisa é de grande relevância para toda a comunidade, seja o corpo docente e discente da universidade, a própria instituição em si, além dos futuros estudantes a ingressarem no curso de Serviço Social da UEPB

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa descritiva com abordagem qualitativa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Sem pendências

Recomendações:

enviar relatório de conclusão da pesquisa na Plataforma Brasil

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1115788.pdf	18/04/2018 12:04:32		Aceito

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E



Continuação do Parecer: 2.636.555

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOTCC_.docx	18/04/2018 12:04:13	BARBARA DA ROCHA FIGUEIREDO	Aceito
Outros	TCPRTCCSS_.docx	17/04/2018 10:54:49	BARBARA DA ROCHA FIGUEIREDO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DCCPRTCC_.docx	17/04/2018 10:54:26	BARBARA DA ROCHA FIGUEIREDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLTCCSS_.docx	17/04/2018 10:54:02	BARBARA DA ROCHA FIGUEIREDO CHAGAS	Aceito
Folha de Rosto	FRTCCSS_.docx	17/04/2018 10:52:47	BARBARA DA ROCHA FIGUEIREDO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 04 de Maio de 2018

Assinado por:
Marconi do Ó Catão
(Coordenador)

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@uepb.edu.br